



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

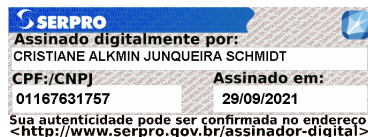
CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

Este RGF, referente ao segundo quadrimestre de 2021, foi elaborado com base nos dados consolidados extraídos do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira e Sistema de Contabilidade Geral, em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, também estarei assinando os demonstrativos listados na tabela abaixo.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
4	Demonstrativo das Operações de Crédito
6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 28 de setembro de 2021.



Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.077.516.657,89	8.484.850,59
2	Pessoal Ativo	8.324.644.521,29	1.531.192,60
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.103.688.310,12	228.364,26
4	Obrigações Patronais	1.220.956.211,17	1.302.828,34
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	5.702.808.697,44	808,79
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.693.653.918,85	808,79
7	Pensões	1.008.799.834,30	0,00
8	Outros Benefícios Previdenciários	354.944,29	0,00
9	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	50.063.439,16	6.952.849,20
10	Despesa de Pessoal não executada Orçamentariamente	0,00	0,00
11	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.202.030.531,12	6.985,13
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	17.104.946,17	0,00
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.592.232,86	0,00
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	92.889.368,35	6.985,13
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.090.443.983,74	0,00
16	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.875.486.126,77	8.477.865,46

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.706.812.863,43	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	568.535,52	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	407.843,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	29.705.836.484,91	
21	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	11.883.963.992,23	40,01
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 48,60%	14.437.036.531,67	48,60
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%	13.715.184.705,08	46,17
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	12.993.332.878,50	43,74

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 28 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

Em reais

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESCIS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
		LIQUIDADAS													
		set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21		
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.141.211.128,67	1.153.270.853,33	1.152.564.948,62	1.210.721.304,91	1.149.625.906,49	1.193.332.280,49	1.178.708.334,52	1.154.859.559,57	1.169.315.639,74	1.213.980.367,08	1.178.474.532,86	1.181.451.901,61	14.077.516.657,89	8.484.850,59
2	Pessoal Ativo	675.906.961,06	682.433.922,31	678.681.507,22	743.161.853,18	680.347.732,76	684.546.883,91	684.023.131,67	677.124.988,19	690.347.088,36	732.450.252,76	697.828.196,69	697.752.203,18	8.324.644.521,29	1.531.152,60
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	575.612.236,34	576.970.021,29	581.127.688,14	629.382.128,94	581.690.981,45	583.941.391,06	583.821.350,35	577.152.901,22	589.023.681,44	632.590.274,06	596.192.435,94	596.177.219,29	7.103.688.310,12	228.364,26
4	Obrigações Patronais	100.294.724,72	105.463.901,02	97.553.819,08	113.779.724,24	98.656.751,31	100.605.292,85	100.201.781,32	99.972.086,97	101.323.406,92	99.893.978,10	101.635.760,75	101.574.983,89	1.220.956.211,17	1.302.828,34
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	468.165.916,98	468.589.723,26	464.585.471,08	463.275.170,88	469.278.173,73	503.981.133,22	489.653.807,70	473.286.678,59	471.447.710,68	475.984.708,96	477.974.896,99	480.606.305,39	5.702.808.697,44	808,79
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	383.844.609,11	384.943.877,26	383.527.309,05	382.053.161,18	386.300.712,62	417.159.596,33	405.196.129,95	386.864.167,48	387.650.318,17	389.700.586,45	391.851.019,43	394.562.521,82	4.693.653.918,85	808,79
7	Pensões	82.178.098,20	81.564.951,28	81.007.704,74	81.140.587,07	82.977.461,11	86.821.626,89	84.457.677,75	86.422.491,11	83.797.392,51	86.264.142,51	86.123.877,56	86.043.763,57	1.008.799.834,30	0,00
8	Outros Benefícios Previdenciários	143.209,67	79.854,72	50.457,27	81.422,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.944,29	0,00
9	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-861.749,37	4.248.207,76	9.297.870,34	4.284.280,85	0,00	4.804.463,36	5.031.395,15	4.447.892,79	7.520.840,70	5.525.405,36	2.671.439,18	3.093.393,04	50.963.439,16	6.952.849,20
10	Despesa com Pessoal não executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	177.674.462,88	182.919.637,77	177.651.681,49	180.094.421,41	177.887.148,49	216.176.638,69	197.470.402,96	177.313.347,15	177.560.936,65	179.343.393,69	177.945.167,79	181.073.302,65	2.202.030.531,12	6.985,13
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.177.476,26	1.420.970,74	1.628.072,20	1.318.704,74	1.199.332,65	1.372.897,24	1.127.693,91	1.311.722,25	1.172.544,38	1.536.346,06	1.887.840,79	1.951.344,35	17.104.946,17	0,00
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	53.353,96	33.436,81	71.115,49	98.698,44	592,04	104.579,58	250.135,46	252.603,04	141.353,48	168.935,57	267.786,75	149.612,34	1.592.232,86	0,00
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.668.109,78	4.480.678,46	5.195.010,74	6.138.588,54	2.698.244,90	37.368.201,95	19.421.199,62	1.743.193,96	2.948.953,19	4.537.049,70	2.225.807,09	4.446.330,42	92.889.368,35	6.985,13
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	174.675.492,88	176.984.551,76	170.577.483,06	172.538.429,69	173.988.978,90	176.312.959,92	176.671.373,57	174.005.657,90	173.298.085,60	173.121.061,76	173.563.723,16	174.526.015,54	2.090.443.963,74	0,00
16	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	963.636.665,79	970.351.215,56	974.913.167,13	1.030.626.883,50	971.738.758,00	978.155.641,80	981.237.931,96	977.546.212,42	991.754.703,09	1.034.616.973,39	1.000.529.375,07	1.000.378.599,06	11.876.486.126,77	8.477.865,46
CAMPO		APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													29.706.812.963,43	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)													568.538,52	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)													407.843,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													29.705.836.484,91	
21	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)													11.883.963.992,23	40,91
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (X)													14.437.036.531,07	48,60
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (XI) = (0,95 x X)													13.715.184.705,08	46,17
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (XII) = (0,90 x X)													12.993.332.878,50	43,74

FONTE: SIOFINET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 28 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2021 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.665.700.875,08	23.729.434.870,40	22.574.312.090,38	
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
3	Dívida Contratual	21.428.165.816,96	22.222.981.400,24	21.247.846.024,16	
4	Empréstimos	11.247.430.738,09	11.562.502.657,51	11.370.761.115,91	
5	Internos	11.199.113.489,06	11.514.271.356,26	11.324.853.193,09	
6	Externos	48.317.249,03	48.231.301,25	45.907.922,82	
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	10.013.431.299,49	10.459.435.003,50	9.698.850.991,31	
8	Financiamentos	0,00	2.573.638,67	0,00	
9	Internos	0,00	2.573.638,67	0,00	
10	Externos	0,00	0,00	0,00	
11	Parcelamento e Renegociação de dívidas	167.303.579,38	167.527.144,04	172.213.026,00	
12	De Tributos	5.827.146,97	5.480.235,88	4.636.850,76	
13	De Contribuições Previdenciárias	0,00	3.974.214,94	6.535.030,51	
14	De Demais Contribuições Sociais	161.476.432,41	158.072.693,22	158.714.043,11	
15	Do FGTS	0,00	0,00	240.325,15	
16	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	2.086.776,47	
17	Demais Dívidas Contratuais	0,00	30.942.956,52	6.020.890,94	
18	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.237.535.258,12	1.506.453.470,16	1.326.466.066,22	
19	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
20	DEDUÇÕES (II)	3.603.649.044,21	5.245.241.059,50	7.768.159.436,20	
21	Disponibilidade de Caixa¹	3.603.649.044,21	5.243.562.485,42	7.765.654.216,64	
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.487.231.552,60	5.967.129.339,38	8.358.663.346,36	
23	(-) Restos a Pagar Processados	883.582.508,39	723.566.853,96	593.009.129,72	
24	Demais Háveres Financeiros	0,00	1.678.574,08	2.505.219,56	
25	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	19.062.051.830,87	18.484.193.810,90	14.806.152.654,18	
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.323.342.281,46	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	
27	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.713.227,00	12.723.415,00	568.535,52	
28	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.309.629.054,46	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	
29	% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I / VI)	86,15	83,97	75,99	
30	% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III / VI)	72,45	65,41	49,84	
31	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	52.619.258.108,92	56.517.704.515,12	59.412.488.655,82	
32	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	47.357.332.296,03	50.865.934.063,61	53.471.239.790,24	
Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
33	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
34	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	81.823,20	0,00	
35	PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
36	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA³	0,00	0,00	0,00	
37	DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	28.312.181,78	28.515.894,69	15.820.857,29	
38	RP NÃO-PROCESSADOS	653.840.234,45	157.797.305,47	88.405.841,31	
39	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	
40	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
41	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	200.664.520,29	200.664.520,29	200.664.520,29	

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

- NOTAS:
- Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada", ou, no caso da Dívida Previdenciária, na linha "Obrigações não integrantes da DC". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor deverá ser (0) "zero".
 - Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
 - Linha "Insuficiência Financeira (3)", somente será preenchida quando o valor da linha Disponibilidade de Caixa for negativa no quadro da DC.



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2021 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

NOTAS: 4. Alterações implementadas, quanto ao Mapeamento:

a) Reconhecimento no "Campo 17 - Demais Dívidas Contratuais", dos valores apropriados das empresas estatais dependentes 2890-IQUEGO e 3191-GOIÁSTELECOM no total de R\$ 30.942.956,52.

b) Não considerado no "Campo 19 - Outras Dívidas" o saldo das contas iniciadas em "894 - Controle de Obrigações sem Autorização Orçamentária para Fins da LRF" excluídos os saldos dos órgãos 1762-Goiás Previdência (GOIÁSPREV), 1780-Fundo Financ. Reg. Pro Prev. Servidor, 1781-Fundo Financ. Reg. Prev. Militar e 1782-Fundo Previdenciário, conforme Mapeamento V.3 de 07/05/2021 para o MDF 11ª edição, no total de R\$ 725.970.402,08. Valor que entrou no rascunho dos relatórios emitidos pela MSC - Matriz de Saldos Contábeis.

- Considerando que as contas 8941 estão sendo utilizadas no Estado de Goiás para registro dos controles das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, quanto à Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC, controles inerentes às análises da arrecadação, controles do fechamento do Quadro 3 do Anexo 14, não enquadrando no conceito de "financiamento com credor" ou "operações de crédito", constante do MDF 11ª edição, pág. 547.

- Considerando que as contas 8942 estão sendo utilizadas no Estado de Goiás para registro de controles para emissão de Relatórios Fiscais, quanto às obrigações por competência, créditos a receber e Transferências da União relacionadas às Emendas Individuais e de Bancada. Sendo que, também não se encaixariam no conceito de Dívida Consolidada. Considerando que "Não deverão ser considerados como parte integrante da Dívida Consolidada as provisões e apropriações por competência que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado, tais como provisões para riscos trabalhistas, provisões matemáticas, provisões para riscos tributários, provisões para riscos cíveis, provisões para riscos de contratos de parceria público-privada, apropriações de 13º salário e férias, entre outros. Ressalta-se que valores relevantes registrados nessa linha devem ser destacados em notas explicativas para que seja dada a publicidade necessária. (MDF 11ª edição, pág. 548).

c) Revisão da metodologia de busca do montante de Restos a Pagar Processados, seguindo o Mapeamento V. 3 para o MDF 11ª edição de 07/05/2021, em atendimento ao item c do Acórdão 2704/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Seguindo o texto do MDF e seu respectivo Mapeamento instituído pela STN.

Texto MDF: "Não devem ser considerados os restos a pagar processados relativos ao pagamento da Dívida Consolidada (inclusive dos precatórios integrantes da DC), tais como juros, encargos e amortizações da dívida, uma vez que esse montante já está incluído no saldo da DC, portanto, considerá-los nesse item geraria efeito de duplicidade nos valores computados." (MDF 11ª Ed., pág. 548)

Mapeamento: CC (6.3.1.3.0.00.00 + 6.3.2.1.0.00.00 + 6.3.2.7.0.00.00 + 6.2.2.1.3.07.00); ND: 3.1.00.00.00 + 3.3.00.00.00 + 4.4.00.00.00 + 4.5.00.00.00 (EXCETO = MOD 91); EXCETO PO: 10112/10122/10132.

Regra aplicada: Saldos das contas correntes ligadas às contas contábeis iniciadas em 6313, 6321, 6327 e 6221307 que tenham Natureza de Despesa iniciada em 31, 33, 44 ou 45.

Exceto aquelas de Modalidade de Aplicação "91-Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social".

Exceto PO 10112/10122/10132 (exclusão dos órgãos 1762, 1780, 1781 e 1782), no valor de R\$ 3.764,96.

Exceto ND 33909102-Precatórios, no valor de R\$ 835.102,58."

d) Restos a Pagar Não Processados não integrante da Dívida Consolidada, apurada com exclusão dos grupos de despesas 2 e 6, exclusão da ND 33909102-Precatórios e exclusão dos restos a pagar de RPPS (órgãos 1762, 1780, 1781 e 1782), conforme Mapeamento e MDF 11ª edição.

R\$ 88.605.790,87 - RPNP exceto grupo 2 e 6 e exceto modalidade 91.

R\$ 189.949,56 - RPNP exceto RPPS (órgãos 1762, 1780, 1781 e 1782).

R\$ 10.000,00 - RPNP de Precatórios (ND 33909102)

R\$ 88.405.841,31

5. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2019 era de R\$ 957.369 milhões e ao final de 2020 passou a R\$ 973.510 milhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais). E das ações judiciais controladas pela PGE, que ao final de 2019 totalizavam R\$ 4.586.904.739,36 conforme Nota Técnica nº 1/2020 – GAPGE (Processo SEI 201900004098643) e em 31/12/2020, conforme informado pela Procuradoria-Geral do Estado (Processo SEI 202000004080858), totalizavam R\$ 12.513.199.374,00. Considerando os passivos contingentes relacionados, a DCL de Goiás potencialmente totalizará R\$ 28.292.862.028,18 que equivale a 95,24% da RCL ajustada.

Memória de Cálculo - DCL Potencial	1º Quadrimestre/2021	2º Quadrimestre/2021	3º Quadrimestre/2021
Dívida Consolidada Líquida	18.484.193.810,90	14.806.152.654,18	
Passivo Contingente - Celg D	957.369.000,00	973.510.000,00	
Passivo Contingente - Ações judiciais (Porcesso 202000004080858)	4.586.904.739,36	12.513.199.374,00	
DCL Potencial	24.028.467.550,26	28.292.862.028,18	
RCL	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	12.723.415,00	568.535,52	
RCL Ajustada	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	
%	85,03%	95,24%	

Goiânia, 28 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2021 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

Campo	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
7	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	99.504.506,00	95.750.219,00	90.855.159,00	
8	Em Operações de Crédito Externas	93.766.921,00	90.535.837,00	86.174.582,00	
9	Em Operações de Crédito Internas	5.737.585,00	5.214.382,00	4.680.577,00	
10	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
11	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	99.504.506,00	95.750.219,00	90.855.159,00	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	26.323.342.281,46	28.271.575.672,56	29.706.812.863,43	
13	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	13.713.227,00	12.723.415,00	568.535,52	
14	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.309.629.054,46	28.258.852.257,56	29.706.244.327,91	
15	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)	0,38	0,34	0,31	
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.788.118.391,98	6.216.947.496,66	6.535.373.752,14	
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	5.209.306.552,78	5.595.252.746,99	5.881.836.376,93	

Campo	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
18	DOS ESTADOS (IX)	194.834.732,89	0,00	0,00	0,00
19	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Em Garantia às operações de Crédito Internas	194.834.732,89	0,00	0,00	0,00
21	DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
24	DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
27	EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
28	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	194.834.732,89	0,00	0,00	0,00
29	MEDIDAS CORRETIVAS:				

Fonte: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Nota: 1. Metodologia apurada conforme Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 11ª edição, válido a partir do exercício financeiro de 2021.

2. As Garantias Concedidas às Entidades Controladas em Operações de Crédito Externas e Internas correspondem ao saldo das contas contábeis n.º 8.1.2.1.1.02 - Execução de Garantias Concedidas no Exterior e n.º 8.1.2.1.1.01 – Execução de Garantias Concedidas no País, respectivamente. Ressalta-se que, no mapeamento dos demonstrativos fiscais (MDF - 11ª Edição), não ficou definido as contas contábeis das Garantias Concedidas às Entidades Controladas em Operações de Crédito Externas e Internas.

3. Os saldos de Contragarantias Recebidas dos Estados em Operações de Crédito Internas, informados anteriormente, correspondiam ao saldo da conta contábil n.º 8.1.1.1.1.01 – Execução de Garantias Recebidas no País. O saldo desta conta não será mais apresentado como uma Contragarantia por se tratar de uma Garantia, sendo que, no mapeamento dos demonstrativos fiscais (MDF - 11ª Edição), o registro das Contragarantias Recebidas dos Estados em Garantias às Operações de Crédito Internas deve corresponder a uma das contas a seguir: CC: 8.1.1.1.4.03.01 + 8.1.1.1.4.03.03 + 8.1.1.1.4.03.05 + 8.1.1.1.4.03.98.

Goiânia, 28 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2021 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	Mobiliária	0,00	0,00
2	Interna	0,00	0,00
3	Externa	0,00	0,00
4	Contratual	0,00	0,00
5	Interna	0,00	0,00
6	Empréstimos	0,00	0,00
7	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
8	Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
9	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
10	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
11	Externa	0,00	0,00
12	Empréstimos	0,00	0,00
13	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
14	Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
15	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
16	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
17	TOTAL (III)	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
18	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.706.812.863,43	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	568.535,52	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	29.706.244.327,91	
21	OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
22	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
23	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.752.999.092,47	16,00
24	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	4.277.699.183,00	14,40
25	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
26	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.079.437.103,00	7,00
CAMPO	OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
27	Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
28	Tributos	0,00	0,00
29	Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
30	FGTS	0,00	0,00
31	Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS: 1. Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito. Metodologia de acordo com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN.

Goiânia, 28 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2021 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2021

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

Em reais

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
1	Receita Corrente Líquida		29.706.812.863,43
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		29.706.244.327,91
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		29.705.836.484,91
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	11.883.963.992,23	40,01
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	14.437.036.531,67	48,60
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	13.715.184.705,08	46,17
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	12.993.332.878,50	43,74
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
8	Dívida Consolidada Líquida	14.806.152.654,18	49,84
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	59.412.488.655,82	200,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
10	Total das Garantias Concedidas	90.855.159,00	0,31
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.535.373.752,14	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
12	Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.752.999.092,47	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.079.437.103,00	7,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 28 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente pelo Governador
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe
da Controladoria-Geral do Estado